DocuSign Envelope ID: 6BB8F8BF-F538-413D-A6BA-0C9F533376B5

Tecsoil Automação e Sistemas S.A.

CNPJ nº 12.456.606/0001-15

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial	Nota	2021	2020
Ativo/Circulante		**93.005**	**44.342**
Caixa e equivalentes de caixa	8	31.422	11.860
Contas a receber de clientes	10	16.593	7.706
Estoques	11	26.614	9.919
Adiantamento a fornecedores	12	10.645	10.244
Tributos a recuperar	13	4.134	3.865
Mútuo financeiro	29	2.940	–
Outras contas a receber		657	748
Não Circulante		**151.133**	**105.264**
Contas a receber de clientes	10	4.719	7.481
Títulos e valores mobiliários	9	10.198	–
Tributos a recuperar	13	6.975	131
Outras contas a receber		135	264
Total do realizável ao longo prazo		**22.027**	**7.876**
Imobilizado	14	77.448	62.578
Direito de uso	15	6.180	4.329
Intangível	16	45.478	30.481
Total do Imobilizado		**129.106**	**97.388**
Total do ativo		**244.138**	**149.606**

Balanço Patrimonial	Nota	2021	2020
Passivo/Circulante		**112.467**	**65.162**
Fornecedores	17	12.092	8.876
Salários e férias a pagar	18	15.975	10.713
Empréstimos e financiamentos	19	74.452	36.795
Passivo de Arrendamento	15	3.307	2.246
Instrumentos financeiros derivativos		128	–
Impostos e contribuições a recolher	20	1.701	749
Tributos parcelados	21	1.721	1.655
Adiantamento de clientes		764	617
Outras Contas a pagar		2.327	3.511
Não Circulante		**167.516**	**76.495**
Salários e férias a pagar	18	1.493	–
Empréstimos e financiamentos	19	159.348	69.535
Passivo de Arrendamento	15	3.321	2.017
Tributos parcelados	21	3.354	4.943
Capital social	23	115.436	115.436
AFAC		22.486	–
Reservas de capital		19.466	19.466
Prejuízos acumulados		(193.233)	(126.953)
Total do patrimônio líquido		**(35.845)**	**7.949**
Total do passivo		**279.983**	**141.657**
Total do passivo e patrimônio líquido		**244.138**	**149.606**

Demonstrações de Resultados	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	26	106.148	70.814
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(57.644)	(46.490)
Lucro bruto		**48.504**	**24.324**
Despesas administrativas e gerais	27	(77.400)	(68.730)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	27	(4.216)	(3.407)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	27	(487)	1.635
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, e impostos		**(33.599)**	**(46.178)**
Receitas financeiras	28	4.535	1.898
Despesas financeiras	28	(37.216)	(12.704)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(32.681)**	**(10.806)**
Resultado operacional antes do IR e da CS		**(66.280)**	**(56.984)**
IR e CS correntes		–	–
Resultado do exercício		**(66.280)**	**(56.984)**

Demonstrações de Resultados Abrangentes	2021	2020
Resultado do exercício	(66.280)	(56.984)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**(66.280)**	**(56.984)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Nota	Capital social	Reserva de capital	AFAC	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/19		**40.000**	**19.466**	–	**(69.969)**	**(10.503)**
Aumento de Capital		**75.436**	–	–	–	**75.436**
Prejuízo do exercício		–	–	–	**(56.984)**	**(56.984)**
Saldos em 31/12/20		**115.436**	**19.466**	–	**(126.953)**	**7.949**
AFAC	23	–	–	**22.486**	–	**22.486**
Prejuízo do exercício		–	–	–	**(66.280)**	**(66.280)**
Saldos em 31/12/21		**115.436**	**19.466**	**22.486**	**(193.233)**	**(35.845)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		**(66.280)**	**(56.984)**
Ajustado por: Depreciação	14	23.610	13.623
Amortização de intangíveis	16	3.725	3.850
Amortização do direito de uso	15	2.407	2.087
Ajuste a valor presente de arrendamentos	15	455	440
Provisão para perdas estimadas em créditos	10	486	(1.021)
Impairment de estoques	11	(825)	1.748
Juros incorridos	19	26.950	9.592
Resultado na baixa de imobilizado	14	6.713	2.014
Impairment de imobilizado	14	5.930	–
Variação Cambial		(469)	(480)
Provisões de folha	18	9.431	–
Outras provisões		2.279	–
		14.412	**(25.131)**
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(6.142)	(2.852)
Estoques		(64.679)	(39.474)
Adiantamento a fornecedores		(401)	(8.825)
Tributos a recuperar		(7.113)	3.550
Outras contas a receber		220	3.929
Salários e férias a pagar		(2.676)	2.045
Fornecedores		3.216	(2.545)
Adiantamento de clientes		147	(251)
Impostos e contribuições a recolher		952	(1.946)
Tributos parcelados		(1.523)	3.739
Outros Contas a pagar		(3.463)	7.208
Caixa utilizado nas atividades operacionais		**(67.050)**	**(60.553)**
Juros pagos	19	(15.907)	(8.142)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(82.957)**	**(68.695)**
Aquisição de imobilizado	14	(2.186)	(4.179)
Aquisição de intangível	16	(18.722)	(9.251)
Aplicações Financeiras		(10.198)	–
Mútuo financeiro	29	(2.940)	297
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		**(34.046)**	**(13.133)**
AFAC	24	22.486	–
Aumento de Capital		–	75.436
Captação de empréstimos e financiamentos	19	169.382	26.441
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	19	(52.955)	(16.511)
Pagamentos de arrendamentos	15	(2.348)	(3.037)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**136.565**	**82.329**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**19.562**	**501**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	11.860	11.359
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	31.422	11.860
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**19.562**	**501**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A **Tecsoil Automação e Sistemas S.A.**, ("Solinftec" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13/08/2015, sediada na cidade de Araçatuba, na Avenida Brasília, nº 2.121, sala 306 a 317, Jardim Nova Iorque, e filial na cidade de Araçatuba - SP à rua Abraão Vinhas, nº 242, Jardim Concórdia II. A Companhia tem por finalidade o fornecimento da plataforma digital Alice AI ®, que possui tecnologias avançadas de alta performance para produtores agrícolas, com objetivos disruptivos de aprimorar e solucionar as dores do campo coletando e monitorando dados detalhados de solos, climas entre outros dados necessários na cadeia agrícola. O fornecimento dessas soluções sustentadas pela inteligência artificial, também são suportadas por equipamentos e sensores de campo, pluviômetros, estações meteorológicas, bem como outros monitoramentos e rastreamentos, que garantem à Alice AI ® autonomia para dar soluções e *insights* de gestão, logística, rastreabilidade, agronomia e *robotics*. A Companhia lançou recentemente mais uma nova solução de monitoramento, o robô batizado de Solix ®, que tem capacidade de captar imagens de toda a planta, um diferencial em relação a tecnologias de monitoramento via satélite, que, por capturarem imagens do alto, muitas vezes não registram pragas escondidas debaixo das folhas. O surto da pandemia da COVID-19 e as medidas adotadas pelo governo no Brasil para mitigar sua disseminação impactaram a Solinftec, mas houve total readequação da Companhia, seguindo todos os protocolos de saúde exigida pela OMS (organização Mundial de Saúde). Com o avanço da vacinação na população e o fim das restrições, os impactos relacionados à pandemia da COVID-19 no ano de 2021 foram inferiores aos apresentados no ano anterior, também devido a remodelação das dinâmicas na sociedade como um todo. Entretanto, seus efeitos ainda são acompanhados pela Companhia, sempre visando a continuidade das operações de forma estruturada e a respeitar todas as orientações para assegurar seus colaboradores e clientes. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 04/07/2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota explicativa nº 6. No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 66.280 (R$ 56.984 em 2020) e o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R$ 19.462 (R$ 20.820 em 2020), contudo a Companhia já esperava esse resultado devido a estratégia de continuidade na expansão das operações focando no crescimento das demais verticais ("grãos e fibras" e "perenes"), além do lançamento da solução de *Robotic Systems*. Na data de autorização das demonstrações financeiras, a Companhia dispunha de linhas de créditos disponíveis suficiente para suportar suas operações, caso fosse necessário. Além disso, conforme informado em eventos subsequentes (Nota explicativa nº 30), a Companhia obteve mais uma rodada de investimentos em C-NOTE no montante de R$ 148.018 (R$ 41.000 recebidos em dezembro de 2021 e R$ 107.000 recebidos em abril de 2022) e com base nesses fatores, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados e linhas de crédito suficiente para a continuidade operacional dos negócios. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 10 - Contas a receber de clientes (provisão para perdas esperadas no contas a receber de clientes); Nota explicativa nº 15 e 6 (g) - Determinação do prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação; e Nota explicativa nº 16 e 6 (h) - Intangível (mensuração dos gastos capitalizáveis). **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 14 e 6 (f) **-** Vida útil de ativo imobilizado; Nota explicativa nº 15 e 6 (g) **-** Determinação do prazo do arrendamento: determinação da taxa de desconto dos passivos de arrendamento; e Nota explicativa nº 16 e 6 (h) **-** Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento). ***Mensuração a valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia regularmente revisa todas as mensurações significativas de valor justo através de dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC e IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações *(inputs)* utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: Nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado. **6. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. **b. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: - Receita de juros; - Receita de multas de quebra de contrato; - Despesa de juros e encargos; - Despesa de descontos concedidos; - Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pela competência. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O IR e a CS do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) ***Despesas de IR e CS corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) ***Despesas de IR e CS diferidos:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e custos de produção de *hardwares.* No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Estoque em poder de terceiros é compreendido por equipamentos desenvolvidos pela Companhia, sobretudo, *hardwares*, remetidos a clientes para demonstração e testes operacionais. **f. Imobilizado:** (i) ***Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment).* Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (ii) ***Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) ***Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Edificações	4%
Veículos	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Equipamentos de informática	20%
Equipamentos locados	20%
Instalações	10%
Moldes e Matrizes	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. (iv) ***Critério de classificação:*** A Companhia possui duas classificações para melhor avaliação e análise dos itens que compõem o grupo Imobilizado, uma vez que o uso e tratativas são distintos. CORE: são os ativos que trazem a receita da empresa, então são aqueles que ficam nas fazendas e através deles a Solinftec presta os serviços. São eles: bordos, telas, estações meteorológicas e pluviômetro. NON CORE: são os ativos que não trazem a receita diretamente, mas ajudam as demais pessoas a realizar a prestação de serviço da empresa. São eles: móveis e utensílios (mesa, cadeira, armários etc.), computadores, celulares, máquinas e equipamentos, veículos. **g. Direito de uso e Passivo de arredamento:** O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros. O arrendamento está presente em um contrato se o contrato incluir ambas as condições a seguir: *(i)* Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor; e *(ii)* O direto de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Companhia deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo. Após reconhecimento do ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O passivo de arrendamento é remensurado quando houver alterações em seus termos, como valor e prazo, e quando da atualização considerável da taxa. Os pagamentos realizados são reconhecidos no passivo, enquanto as despesas são de acordo com os encargos amortizados. A companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, como previsto na norma. Nestes casos se reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear ao prazo do arrendamento. **h. Ativos intangíveis:** (i) ***Projetos de pesquisa & desenvolvimento:*** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. (ii) ***Software:*** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. (iii) ***Amortização:*** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil média estimada para o exercício corrente e comparativa é a seguinte:

Projetos de desenvolvimento de soluções - Softwares e hardwares	8 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **i. Instrumentos financeiros:** (i) ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** Contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) ***Classificação e mensuração subsequente:*** *Instrumentos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) ***Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) ***Capital social:*** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. **j. Redução ao Valor Recuperável *(Impairment):*** (i) ***Ativos financeiros não derivativos:*** *Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas *(forward-looking). Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; - Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência; - Reestruturação de um valor devido à Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais; - A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; - Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial; - A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **k. Receita operacional:** (i) ***Venda de produtos (Hardwares e Softwares):*** A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A norma estabelece critérios que visa identificar se a contabilização da receita foram satisfeitos e correspondem aos seguintes aspectos: - Identificar o contrato com o cliente; - Identificar a das obrigações de desempenho estabelecido no contrato; - Determinar o preço da transação; - Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; - Reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de desempenho. (ii) ***Prestação de serviços:*** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. A Companhia está envolvida na comercialização de *hardwares* e *softwares* e na realização de serviços relacionados. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita ou a entrega dos bens vendidos são realizados sob um mesmo acordo, cada componente, que é considerado uma unidade de medida, é registrado individualmente. A alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente. Caso o valor justo de um item entregue não seja mensurável de maneira confiável, então a receita operacional é alocada baseada na diferença entre a contraprestação total do acordo e o valor justo do item não entregue. **7. Novas normas e interpretações não efetivas:** Uma série de novas normas ou atualizações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2021. As normas alteradas e interpretações citadas a seguir não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. i. Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato: As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º/01/2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. (CPC 25/IAS 37); ii. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1/01/2023 (CPC 32/IAS 12); iii. Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30/06/2021 (CPC 06/IFRS 16); iv. Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (CPC 27/IAS 16); v. Referência à Estrutura Conceitual (CPC 15/IFRS 3); vi. Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (CPC 26/IAS 1); vii. Divulgação de Políticas Contábeis (CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); viii. Definição de Estimativas Contábeis (CPC 23/IAS 8).

8. Caixa e equivalentes de caixa:	**2021**	**2020**
Caixa e bancos	1.186	455
Aplicações financeiras de liquidez imediata	30.236	11.405
	31.422	**11.860**

Estão representados por saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) indexados a média de 91% (72% em 2020) da variação do Certificado Interbancário (CDI) com liquidez inferior a 90 dias e sem alteração significativa de valor.

9. Títulos e valores mobiliários:	**2021**	**2020**
Cerificado de depósitos bancários - CDB	5.633	–
Cotas de fundos de investimentos	4.565	–
	10.198	–
Não circulante	10.198	

Os títulos classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Cotas de fundos indexados a média de 97% da variação do Certificado Interbancário (CDI). Estes investimentos financeiros têm expectativa de liquidez superior à 12 meses, pois são vinculados como garantias das operações de empréstimos e financiamento.

10. Contas a receber de clientes:	**2021**	**2020**
Clientes nacionais	13.223	10.577
Clientes no exterior	721	902
Partes relacionadas (NE 29)	13.229	8.800
	27.173	**20.279**
(–) Provisão para perdas esperadas com créditos	(5.321)	(4.835)
(–) Ajuste a valor presente	(540)	(257)
	21.312	**15.187**
Circulante	16.593	7.706
Não circulante	4.719	7.481

A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

	2021	**2020**
Créditos a vencer	22.159	14.730
Vencidos:		
Até 30 dias	1.462	1.421
De 31 a 90 dias	466	512
De 91 a 180 dias	176	416
De 181 a 360 dias	192	378
Acima de 360 dias	2.718	2.822
	27.173	**20.279**

A movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos está demonstrada a seguir:

	2021	**2020**
Saldo inicial	(4.835)	(5.213)
Provisão para perdas esperadas	(486)	(1.021)
Valores baixados como títulos incobráveis	–	1.399
Saldo final	**(5.321)**	**(4.835)**

A Companhia considera como critério para realização da provisão para perdas esperadas os clientes com atraso superior a 90 dias e, ou, aqueles que declaram recuperação judicial.

11. Estoques:	**2021**	**2020**
Mercadorias para revenda	17.794	6.252
Estoque em poder de terceiros	3.912	4.241
Matéria-prima	4.387	1.006
Outros materiais	2.872	1.596
Provisão para *impairment* (i)	(2.351)	(3.176)
	26.614	**9.919**

(i) Itens sem previsão de consumo futuro ou que foram adquiridos para eventuais testes e não resultaram em um novo produto a ser comercializado pela Companhia. Os estoques de mercadorias para revenda, matéria-prima e outros materiais são avaliados ao custo médio de aquisição. **12. Adiantamento a fornecedores:** Os adiantamentos a fornecedores ocorrem substancialmente na aquisição de matérias-primas e mercadorias para revenda, em conformidade com os pedidos de compra para entrega futura, sendo este saldo transferido para Estoques quando do recebimento dos materiais.

	2021	**2020**
Adiantamentos a fornecedores nacionais	3.171	4.388
Adiantamentos a fornecedores externos	7.474	5.700
Outros adiantamentos	–	156
	10.645	**10.244**

13. Tributos a recuperar:	**2021**	**2020**
PIS	2	24
COFINS	19	101
IPI	425	380
ICMS	819	2.560
CIAP (i)	6.668	–
IR e CS - IRPJ e CSLL	3.162	917
INSS	14	14
	11.109	**3.996**
Circulante	4.134	3.865
Não circulante	6.975	131

(i) O saldo de CIAP é decorrente da transposição dos itens de estoque para o imobilizado mediante envio de remessa em comodato para o cliente. **14. Imobilizado:**

Custos	01.01.2021	Adições	Baixas	Provisão *Impairment*	Transferências	31.12.2021
Non-Core						
Terrenos	411	–	–	–	–	411
Edifícios e Construções	1.676	–	(8)	–	–	1.668
Móveis e Utensílios	759	1.255	–	–	–	2.014
Máquinas e Equipamentos	208	192	(161)	–	–	239
Computadores e Periféricos	2.076	587	(428)	–	–	2.235
Veículos	542	–	(542)	–	–	–
Moldes e Matrizes	816	152	(632)	–	–	336
Instalações	406	–	(406)	–	–	–
Benfeitorias em Andamento	4.582	–	(4.582)	–	–	–
Core						
Equipamentos Locados	69.691	22.597	(2.328)	(5.930)	(21.338)	62.692
Equipamento Comodato (i)	2.134	12.194	–	–	1.510	15.838
Periféricos	–	14.146	–	–	19.828	33.974
	83.301	**51.123**	**(9.087)**	**(5.930)**	**–**	**119.407**

Depreciação	01.01.2021	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2021
Non-Core					
Edifícios e Construções	(345)	(67)	–	–	(412)
Móveis e Utensílios	(232)	(179)	–	–	(411)
Computadores e Periféricos	(1.044)	(65)	64	–	(1.045)
Máquinas e Equipamentos	(57)	(10)	44	–	(23)
Veículos	(389)	–	389	–	–
Instalações	(52)	–	52	–	–
Moldes e Matrizes	(199)	(8)	138	–	(69)
Core					
Equipamentos Locados	(18.405)	(14.090)	1.687	5.105	(25.703)
Equipamento Comodato	–	(1.617)	–	(323)	(1.940)
Periféricos	–	(7.574)	–	(4.782)	(12.356)
	(20.723)	**(23.610)**	**2.374**	**–**	**(41.959)**

Custos	01.01.2020	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2020
Non - core					
Terrenos	315	96	–	–	411
Edifícios e construções	1.668	8	–	–	1.676
Móveis e utensílios	1.243	–	(484)	–	759
Máquinas e equipamentos	647	–	(439)	–	208
Computadores e periféricos	1.324	752	–	–	2.076
Veículos	367	175	–	–	542
Moldes e matrizes	–	816	–	–	816
Instalações	–	406	–	–	406
Benfeitorias em andamento	2.656	1.926	–	–	4.582
Core					
Equipamentos locados	30.408	39.283	–	–	69.691
Equipamento comodato (i)	3.558	–	(1.424)	–	2.134
	42.186	**43.462**	**(2.347)**	**–**	**83.301**

Depreciação	01.01.2020	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2020
Non - core					
Edifícios e construções	(250)	(95)	–	–	(345)
Móveis e utensílios	(329)	(76)	173	–	(232)
Máquinas e equipamentos	(196)	(21)	160	–	(57)
Computadores e periféricos	(756)	(288)	–	–	(1.044)
Veículos	(92)	(297)	–	–	(389)
Instalações	–	(52)	–	–	(52)
Moldes e matrizes	–	(199)	–	–	(199)
Core					
Equipamentos locados	(5.810)	(12.595)	–	–	(18.405)
	(7.433)	**(13.623)**	**333**	**–**	**(20.723)**

Saldo líquido	2021	2020
Non-Core: Terrenos	411	411
Edificações	1.256	1.331
Móveis e utensílios	1.603	527
Máquinas e equipamentos	216	1.032
Computadores e Periféricos	1.190	151
Veículos	–	153
Moldes e Matrizes	267	617
Instalações	–	354
Benfeitorias em Andamento	–	4.582
Core: Equipamentos locados	36.989	51.286
Equipamentos em comodato	13.898	2.134
Periféricos	21.618	–
	77.448	**62.578**

(i) Equipamentos em comodato são representados por bens remetidos à clientes que estão em "Projetos pilotos". Quando tornarem-se contratos ativos estes bens serão reclassificados para a rubrica de "Equipamentos locados". Periféricos são todos aqueles materias auxiliares necessários para instalação da solução. (ii) Não há bens do Ativo imobilizado dados em garantia nas operações financeiras da Companhia. (iii) A Companhia classifica seus ativos em duas categorias - Core e Non - Core, para refletir melhor o uso e aplicação conforme exposto nas políticas contábeis (NE 6).

	2021	**2020**
Adições no exercício	51.123	43.462
Transposição dos equipamentos do estoque para Equipamentos locados	(22.597)	(39.283)
Transposição dos equipamentos do estoque para Equipamentos em comodato	(12.194)	–
Transposição dos equipamentos do estoque para Equipamentos em comodato	(14.146)	–
Saldo de adições com efeito na demonstração do fluxo de caixa	**2.186**	**4.179**

a. Provisão para redução ao valor recuperável: De acordo com o CPC 01 (R1) e IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. No exercício findo em 31/12/2021, a Administração testou o valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa (UGCs) e reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável de R$ 5.930. A Companhia realiza suas projeções futuras com base nas suas expectativas de receitas e despesas projetadas para 5 anos pautadas no plano de negócio da Companhia, considerando os efeitos inflacionários de cada período, trazidos a valor justo com base na sua taxa interna de retorno em base nominal. **15. Direito de uso e Arrendamentos:** A Solinftec aluga diversos imóveis comerciais para sua área administrativa, armazéns, equipamentos e veículos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de doze meses a quatro anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação, conforme descrito no item (i) a seguir. Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Solinftec.

Ativo direito de uso	Imóveis	Veículos	Equipamentos de Informática	Total
Saldo em 31/12/19	**2.989**	**2.368**	**–**	**5.357**
(+) Novos Contratos	1.739	–	–	1.739
(–) Remensuração	(104)	(576)	–	(680)
(–) Amortização	(1.085)	(1.002)	–	(2.087)
Saldo em 31/12/20	**3.539**	**790**	**–**	**4.329**
(+) Novos Contratos	938	–	3.320	4.258
(–) Amortização	(1.095)	(790)	(522)	(2.407)
Saldo em 31/12/21	**3.382**	**–**	**2.798**	**6.180**

	2021	**2020**
Aluguel de edificações	3.382	3.539
Aluguel de veículos	–	790
Leasing equipamentos de informática	2.798	–
	6.180	**4.329**

Ativo direito de uso	Imóveis	Veículos	Equipamentos de Informática	Total
Passivo arrendamento				
Saldo em 31/12/19				**5.801**
(+) Novos Contratos				1.739
(–) Remensuração				(680)
(–) Realização do ajuste a valor presente (AVP)				440
(–) Pagamentos				(3.037)
Saldo em 31/12/20				**4.263**
(+) Novos Contratos				4.258
(–) Realização do ajuste a valor presente (AVP)				455
(–) Pagamentos				(2.348)
Saldo em 31/12/21				**6.628**

	2021	**2020**
Aluguel de imóveis	2.785	3.127
Aluguel de veículos	–	1.136
Leasing equipamentos de informática	3.843	–
Total	**6.628**	**4.263**
Passivo circulante	3.307	2.246
Passivo não circulante	3.321	2.017
Fluxo de vencimento	**2021**	**2020**
2022	–	836
2023	1.857	817
2024	951	285
2025	361	79
2026	152	–
	3.321	**2.017**

(i) As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Solinftec. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Solinftec, e não pelo respectivo arrendador.

16. Intangível:

31/12/2021	Custo	Adições	Amortização acumulada	Líquido
Marcas e licenças adquiridas	200	55	–	255
Produtos desenvolvidos - *Softwares e Hardwares* (*)	19.743	5.793	(11.051)	14.485
Desenvolvimento de soluções (P&D)	17.863	12.875	–	30.738
	37.806	**18.723**	**(11.051)**	**45.478**

31/12/2020	Custo	Adições	Amortização acumulada	Líquido
Marcas e licenças adquiridas	80	120	–	200
Produtos desenvolvidos - *Softwares e Hardwares* (*)	14.402	5.341	(7.326)	12.417
Desenvolvimento de soluções (P&D)	14.074	3.789	–	17.863
	28.556	**9.251**	**(7.326)**	**30.481**

Movimentação amortização	**2021**	**2020**
Saldo Inicial	(7.326)	(3.476)
Adições	(3.725)	(3.850)
Amortização Acumulada	**(11.051)**	**(7.326)**

(*) O intangível de desenvolvimento de soluções (P&D) é composto substancialmente por gastos de mão de obra técnica especializada, desenvolvedores, engenheiros, entre outros profissionais dedicados unicamente ao desenvolvimento de novos produtos e soluções. Estes ativos são registrados ao custo, deduzidos da amortização acumulada. A vida útil estimada destes projetos é de 8 anos e a amortização é realizada de forma linear a partir do início das operações comerciais que incluem estes novos produtos e soluções. A amortização dos custos de desenvolvimento é alocada aos custos dos produtos vendidos e serviços prestados na medida em que os produtos são vendidos e/ou locados. **a. Provisão para redução ao valor recuperável:** De acordo com o CPC 01 e IAS 36 "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo intangível que apresentem indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. No exercício findo em 31/12/2021, a Administração da controlada Tecsoil Automação e Sistemas S.A. testou o valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa (UGCs) e não identificou a necessidade de provisão. A Companhia realiza suas projeções futuras com base nas suas expectativas de receitas e despesas projetadas para 8 anos pautadas no plano de negócio da Companhia, considerando os efeitos inflacionários de cada período, trazidos a valor justo com base na sua taxa interna de retorno em base nominal. **17. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, quando o pagamento é devido dentro do período de um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	2021	**2020**
Fornecedores nacionais	10.479	6.641
Parte relacionadas (NE 29)	828	–
Fornecedores externos	369	2.025
Outros fornecedores	416	210
	12.092	**8.876**

Os dois principais fornecedores a pagar concentram 51% (R$ 5.919 em 2021e R$5.456 em 2020) do saldo total. Isso reflete basicamente o financiamento de terceiros do estoque para atendimento das verticais. **18. Salários e férias a pagar:** Classificamos como Salários e férias a pagar as obrigações com pessoal e outros passivos de mesma natureza da Companhia. As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

	2021	**2020**
Salários e ordenados a pagar	1.992	1.542
Pró - Labore	122	128
Férias	3.118	2.955
Impostos a recolher	2.778	2.261
Outros	27	42
Provisões de Bônus	7.413	2.654
Outras (i)	2.018	1.131
	17.468	**10.713**
Circulante	15.975	10.713
Não circulante	1.493	–

Provisão substancialmente refere-se a Plano de incentivo de longo prazo com pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (*Phantom Stocks*) da alta administração e pessoas-chave da Companhia. **a. Mensuração Plano de incentivo de longo prazo:** No exercício findo em 31/12/2021, a Stec Participações S.A. (controladora) outorgou 621.906 *phantom stocks*, que são unidades representativas de direitos econômicos que os beneficiários do programa terão direito de exercer em um Evento de Liquidez e desde que a condição do *vesting* tenha sido devidamente satisfeita. A condição do *vesting* é manter-se vinculado como administrador, empregado ou colaborador da Companhia ou sociedade controlada, controladora ou sob controle comum ("Afiliada") durante o período de aquisição, que seguirá, salvo se estabelecido de forma diversa no contrato com o beneficiário, o seguinte cronograma: (i) 12/48 avos das *phanton stocks* outorgadas serão vestidas após 12 meses contados da assinatura do contrato com o respectivo beneficiário; e (ii) 1/48 avos das *phantom stocks* outorgadas serão vestidas a cada mês entre o 13º e 48º mês contados da assinatura do contrato com o beneficiário. O beneficiário somente poderá exercer o direito decorrente das *phantom stocks* vestidas na ocorrência de um Evento de Liquidez. Caso o beneficiário exerça seu direito às phantom stocks neste caso, receberá o valor do Prêmio, que será calculado multiplicando o número de *phantom stocks* vestidas pela diferença entre o preço de outorga da *phantom stock* ao beneficiário em questão, conforme definido no contrato celebrado com o beneficiário, e o valor de uma ação de emissão da Companhia, que será calculada (i) no *valuation* da Companhia utilizado em um Evento de Liquidez; ou (ii) o preço de emissão de ações da Companhia no último aumento de capital realizado no contexto de uma rodada de captação liderada por terceiro investidor, acrescido de correção monetária com base no valor dos juros acumulados à taxa do CDI acrescidos de 5%, caso a Companhia exerça o direito de recompra das phantom stocks num evento de em caso de rescisão da relação jurídica com o beneficiário por iniciativa da Companhia sem justa causa ou por iniciativa do próprio beneficiário ou falecimento ou invalidez permanente do beneficiário.

19. Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Banco	Moeda	Encargos (i)	Vencimento (i)	Garantias	2021	2020
CCB - Cédula de Crédito Bancário	Daycoval/BB/CEF/Pine	Reais	CDI + 6% a.a.	2024	A+B+C	19.447	27.290
CRA - Cert. de Recebíveis do Agronegócio	Gaia Securitizadora	Reais	IPCA + 9.2% a.a.	2027	A+B	206.268	76.105
ACC	BB	USD	5,8% a.m.	2022	A+B	6.318	2.935
FINIMP	BB	USD	5,85% a.m.	2023	B	1.767	–
Total						**233.800**	**106.330**
					Circulante	74.452	36.795
					Não circulante	159.348	69.535

A - Cessão de recebíveis; B - Aval de acionistas; e C - Aplicação financeira. (iii) As indexadores e vencimentos apresentados acima considera o maior valor dentro da categoria, uma vez que temos mais de uma transação apresentada na somatória, não sendo verdade absoluta a relação do saldo total versos os indexadores e vencimento, e sim uma perspectiva. (iv) **a. Movimentação de empréstimos e financiamentos:**

	2021	**2020**
Saldo inicial:	106.330	94.950
Captações	169.382	26.441
Pagamento de principal	(52.955)	(16.511)
Juros incorridos	26.950	9.592
Juros pagos	(15.907)	(8.142)
Saldo final:	**233.800**	**106.330**

b. Covenants: A operação na modalidade CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio possui cláusula restritiva em relação a manutenção de índice financeiro do *Covenants* que deverá ser apurado a cada exercício social, a partir de 31/12/2019. No exercício findo em 31/12/2021 as cláusulas foram atendidas.

	2021	**2020**
(+) Empréstimos	233.800	106.330
(–) Caixa e equivalentes de caixa	31.422	11.860
Dívida Líquida	**202.378**	**94.470**
ARR	**186.000**	**114.000**
Dívida Líquida/ARR	**1,09**	**0,83**
Índice do *Covenants*	**1,50**	**1,25**

continua –☆

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 20/09/2022 20:18:44 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 6BB8F8BF-F538-413D-A6BA-0C9F533376B5

continuação

20. Impostos e contribuições a recolher:	**2021**	**2020**
PIS	81	5
COFINS	376	25
ISS	224	135
IR retido na fonte - IRRF	755	544
Outros tributos a recolher	265	40
	1.701	**749**

21. Tributos parcelados:	**2021**	**2020**
Secretaria da Receita Federal - Pis, Cofins, IRPJ e CSLL	4.574	5.960
ICMS AIIM nº 4064463-7	458	575
Outros	43	63
	5.075	**6.598**
Circulante	1.721	1.655
Não circulante	3.354	4.943

Fluxo de Vencimento	Tributos Estaduais	Tributos Federais	Outros
2022	117	1.582	22
2023	117	1.336	21
2024	117	928	–
2025	107	728	–
	458	4.574	43

22. Provisão para contingências: A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. **a. Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais:** A Companhia não possui processos com probabilidade de perda provável para constituir provisão no balanço. **b. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

	2021 Valor Reclamado	2020 Valor Reclamado
Riscos Civis	780	–
	780	**–**

23. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31/12/2019, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 13.141.483 em ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de acionistas. Em 24/12/2020 foi aprovado em Assembleia o aumento de capital mediante a emissão de 75.436.289 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal no montante de R$ 75.436.289,12 pela conversão dos Adiantamentos para futuros aumento de capital (AFAC) realizados no exercício de 2020 este montante foi destinado à conta de Capital social. Em 31/12/2020, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 88.577.772 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal no montante de R$ 115.436.291,82. Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de acionistas. Ao longo do exercício de 2021 foram realizados Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC que somam o montante de R$ 22.486 a serem integralizados em data subsequente ao fechamento deste exercício. Logo, em 31/12/2021, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 88.577.772 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal no montante de R$ 115.436.291,82. Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de acionistas. **b. Destinação dos lucros:** Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados: 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social. 1%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório. Mediante deliberação do conselho de administração, a Companhia poderá preparar demonstrações financeiras em períodos menores e declarar dividendos intermediários com base nos resultados apurados em tais demonstrações ou à conta de reserva de lucros existentes no último balanço anual levantado. **24. Instrumentos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos riscos de preço das mercadorias vendidas e serviços prestados, risco de crédito e risco de liquidez. (i) ***Risco de mercado:*** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia e custos operacionais da prestação de serviços a clientes. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se, sobretudo, a movimentos de preços de matérias-primas. (ii) ***Risco de crédito:*** *Contas a receber de clientes:* A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto, sendo que no caso de contas a receber decorrentes de vendas a Companhia reconhece na data das demonstrações financeiras a provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em análises econômicas por contraparte, em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização destes créditos. *Caixa e equivalentes de caixa:* O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras com elevado rating de crédito. *Exposição a riscos de crédito:* O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	**Nota**	**2021**	**2020**
Caixa e equivalentes de caixa	**8**	31.422	11.860
Contas a receber de clientes	**10**	21.312	15.187
Outras contas a receber		792	1.012
Mútuo financeiro	**29**	2.940	–
Total		**56.466**	**28.059**

Perdas esperadas no contas a receber de clientes: A provisão para perdas esperadas é reconhecida a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, tendo como base uma análise dos títulos vencidos e a vencer por cliente e a expectativa de perda considerando a) a capacidade financeira de cada cliente em honrar tais obrigações; b) garantias prestadas por tais clientes; e c) possibilidade de renegociações e acordos realizados com tais clientes. (iii) ***Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. *Exposição ao risco de liquidez:* A seguir, estão os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros:

31/12/21	**Valor contábil**	**Até 12 meses**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**
Fornecedores	12.092	12.092	–	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	233.800	74.452	70.851	64.687	19.092	3.495	1.223
Arrendamentos a pagar	6.628	3.307	1.857	951	361	152	–
Instrumentos financeiros derivativos	128	128	–	–	–	–	–
Outras Contas a pagar	2.327	2.327	–	–	–	–	–
	252.648	**92.306**	**72.708**	**65.638**	**19.453**	**3.647**	**1.223**

31/12/20	**Valor contábil**	**Até 12 meses**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Fornecedores	8.876	8.876	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	106.330	36.795	28.624	24.427	16.484	–
Arrendamentos a pagar	4.263	2.246	836	817	285	79
Outras Contas a pagar	3.511	3.511	–	–	–	–
	122.980	**51.428**	**29.460**	**25.244**	**16.769**	**79**

Não é esperado que fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. (iv) ***Risco de taxa de juros:*** A Companhia está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras, expostos, principalmente, à variação do CDI. A direção da Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas as suas dívidas. Em 31/12/2021 existiam derivativos contratados para cobertura de risco da exposição a variação cambial dos nossos contratos em moeda estrangeira (R$ 8.085 em 2021).

Conta	**Saldo (R$)**	**CDI 31.12.2021**	**10%**		**25%**		**Variação 50%**	
Aplicações financeiras de liquidez imediata	30.236	4,39%	4,83%	133	5,49%	332	6,59%	664
Títulos e valores mobiliários	10.197	4,39%	4,83%	45	5,49%	112	6,59%	224
Empréstimos e financiamentos	(225.715)	4,39%	4,83%	(991)	5,49%	(2.477)	6,59%	(4.955)
Conta	**Saldo (R$)**	**CDI 31.12.2020**	**10%**		**25%**		**Variação 50%**	
Aplicações financeiras	11.405	2,75%	3,03%	31	3,44%	78	4,13%	157
Empréstimos e financiamentos	(106.330)	2,75%	3,03%	(298)	3,44%	(734)	4,13%	(1.467)

(v) ***Risco Cambial:*** O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos da Companhia ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia está exposta ao risco cambial nas operações estrangeiras decorrente das diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e a respectiva moeda funcional da Companhia. A moeda funcional é o Real (R$). As moedas nas quais as transações da Companhia são primariamente denominadas são: Real (R$) e Dólar Americano (USD). A companhia não realiza hedge accounting, e não possui política pré-definida para realização de hedge de fluxo de caixa. As operações de hedge de fluxo de caixa são realizadas pontualmente de acordo com análise do fluxo de caixa para proteção dos contratos com liquidação futura em moeda estrangeira. Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real e USD contra todas as outras moedas em 31/12/2021, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

		Variação - Impacto		
	2021	**10%**	**20%**	**30%**
Clientes no exterior	721	72	144	216
Partes relacionadas	13.229	1.323	2.646	3.969
Adiantamento a fornecedores externos	7.474	747	1.495	2.242
Fornecedores externos	(369)	(37)	(74)	(111)
ACC	(6.318)	(632)	(1.264)	(1.895)
FIMINP	(1.767)	(177)	(353)	(530)
Exposição (cobertura) Cambial	**12.970**	**1.296**	**2.594**	**3.891**

		Variação - Impacto		
	2020	**10%**	**20%**	**30%**
Clientes no exterior	902	90	180	271
Partes relacionadas	8.800	880	1.760	2.640
Fornecedores externos	(2.025)	(203)	(405)	(608)
ACC	(2.935)	(294)	(587)	(881)
Exposição (cobertura) Cambial	**4.742**	**473**	**948**	**1.422**

(vi) ***Gestão de capital:*** A política de gestão de capital da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. *Valor justo versus valor contábil:* Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. As contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Categoria de instrumento financeiro	**2021**	**2020**
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	Ativo ao custo amortizado	1.186	455
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	30.236	11.405
Título e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	10.198	–
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	21.312	15.187
Outras contas a receber	Ativo ao custo amortizado	792	1.012

	Categoria de instrumento financeiro	**2021**	**2020**
Passivos financeiros			
Fornecedores	Passivo ao custo amortizado	12.092	8.876
Empréstimos e financiamentos	Passivo ao custo amortizado	233.800	106.330
Arrendamentos a pagar	Passivo ao custo amortizado	6.628	4.263
Adiantamento de clientes	Passivo ao custo amortizado	764	617
Outras contas a pagar	Passivo ao custo amortizado	4.001	3.511

Hierarquia de valor justo: A Companhia classificou todos os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo (que são equivalentes ao valor contábil), como nível 1 (preços negociados, sem ajustes, em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos), exceto para aplicações financeiras que são classificadas como nível 2 (informações observaveis direta ou indiretamente, como mensuração pelo valor presente, para ativos ou passivos), para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020.

25. Imposto de renda e contribuição social: Nos exercícios de 2021 e 2020 a Companhia adotou a forma de apuração dos tributos sobre o lucro para o Lucro Real.

	2021	**2020**
Resultado do exercício antes dos impostos	(66.280)	(56.984)
Alíquota nominal	34%	34%
IR e CS à alíquota nominal	**(22.535)**	**(19.375)**
Adições e exclusões permanentes:		
Ajustes de inventário	(1.815)	–
Outras despesas indedutíveis	2.829	–
	1.014	**–**
IR e CSLL diferidos (não constituídos) sobre diferenças temporárias:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	166	–
Atualização monetária	3.170	–
Provisões para *impairment*	1.736	–
Outras provisões	1.140	251
	6.211	**251**
IR e CSLL diferidos (não constituídos) sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	**15.310**	**19.124**
IR e CS correntes	–	–
IR e CS diferidos	–	–

Em 31/12/2021, a Solinftec possui créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de IR e CS e diferenças temporárias dedutíveis não contabilizados no montante de R$ 15.310 (R$ 19.124 em 2020). Os prejuízos fiscais e base negativa da CS não possuem prazos prescricionais e suas compensações estão limitadas a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro. Os benefícios do IR e CS, no montante estimado de crédito tributário e diferenças temporárias dedutíveis, serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, uma vez que a Solinftec ainda não atende aos quesitos estabelecidos, por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

26. Receita operacional líquida:	**2021**	**2020**
Receita de vendas: Revenda de mercadorias	15.535	7.938
Venda de produtos fabricados	285	1.187
Receita de prestação de serviços		
Licença de uso de *softwares*	52.120	34.934
Locação de equipamentos	47.683	31.630
Manutenção de sistemas	4.287	190
Outros serviços de assistência técnica	264	3.954
Total receita bruta	**120.174**	**79.833**
Deduções das vendas e prestação de serviços		
Devoluções de vendas	(878)	(202)
Impostos sobre vendas e prestação de serviços	(13.148)	(8.817)
Total da receita líquida	**106.148**	**70.814**
Receita bruta por vertical por segmento		
Cana-de-açúcar	87.598	63.060
Grãos & fibras	22.746	12.821
Perenes	7.437	3.952
Outros	2.393	–
Total da receita bruta	**120.174**	**79.833**

27. Despesas por natureza:	**2021**	**2020**
Custo das mercadorias vendidas	(4.500)	(2.701)
Salários e encargos sociais	(45.546)	(43.605)
Benefícios a empregados	(14.661)	(5.711)
Despesas com viagens	(8.860)	(10.478)
Serviços de terceiros	(10.008)	(9.636)
Depreciação e amortização	(27.335)	(17.473)
Amortização do direito de uso	(2.407)	(2.527)
Conservação e manutenção	(1.836)	(1.234)
Licença de uso de softwares	(5.660)	(1.981)
Locações de veículos	(2.858)	(3.330)
Energia elétrica e telefone	(388)	(608)
Propaganda e marketing	(1651)	(677)
Impostos e taxas não recuperáveis	(3.970)	(9.061)
Outras receitas operacionais	2.815	3.959
Resultado na alienação de imobilizado	(6.713)	(2.014)
Provisão para *impairment* de imobilizado	(5.930)	–
Provisão para perdas estimadas em créditos	(487)	1.635
Provisão para *impairment* de estoques	825	(1.748)
Despesas diversas	(399)	(6.248)
Despesa de pesquisa e desenvolvimento	(178)	(3.554)
	(139.747)	**(116.992)**
Classificadas como: Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(57.644)	(46.490)
Despesas administrativas e gerais	(77.400)	(68.730)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(4.216)	(3.407)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(487)	1.635

28. Resultado financeiro:	**2021**	**2020**
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.617	325
Outras receitas financeiras	1.918	1.573
	4.535	**1.898**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)	(26.950)	(9.842)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(542)	(317)
Despesas e comissões bancárias	(5.989)	(711)
Juros de arrendamentos e leasing	(455)	(440)
Outras despesas financeiras	(3.280)	(1.394)
	(37.216)	**(12.704)**
Financeiras líquidas	**(32.681)**	**(10.806)**

(i) No exercício findo em 31/12/2021 foi contabilizada atualização monetário pelo IPCA da dívida do CRA II no montante de R$ 9.508.

29. Partes relacionadas: Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração é composto pela diretoria. Os valores pagos no exercício a título de remuneração (pró-labore) foram de R$ 1.443 (R$ 3.306 em 2020).

Saldos e transações:	**2021**	**2020**
Contas a receber de clientes		
Solinftec América Latina S.A.S. (NE 10)	10.925	6.966
Tecsoil USA INC. (NE 10)	2.235	1.834
Solinftec Canadá INC. (NE 10)	69	–
Mútuo financeiro (i)		
STEC Participações S.A.	2.940	–
Fornecedores		
Multartec Comércio de Peças Ltda. (NE 17)	(605)	–
Multartec Serviços Automação Agrícola Ltda. (NE 17)	(223)	–
Total dos ativos e passivos com partes relacionadas	**15.341**	**8.800**
Receita de vendas e prestação de serviços		
Solinftec América Latina S.A.S.	6.977	3.796
Tecsoil USA INC.	237	58
Solinftec Canadá INC.	71	–
Tecsoil Technology (Shenzhen)	–	15
Despesas com serviços de terceiros		
Nexus Assessoria e Treinamento Ltda.	(164)	3.796
Multartec Serviços Automação Agrícola Ltda.	(1.467)	58
Total da receita bruta com partes relacionadas	**5.654**	**3.869**

(i) Contrato de Mútuo sem previsão de juros, com vencimento em 31/03/2022 e pagamento e parcela única, para manutenção do caixa da Stec Participações S.A. controladora da Companhia. **30. Eventos subsequentes:** Em 02/02/2022 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital de R$ 115.436 para R$ 137.922 mediante a emissão de 22.485.793 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal no montante de R$ 22.486 pela conversão dos AFACs realizados no exercício de 2021. Em 14/04/2022, a Solinftec concluiu com sucesso a primeira etapa de captação da terceira rodada de investimentos (C-NOTES), liderada pela AGSOL FIP Multiestratégico IE, acionista da Companhia, na sua Controladora Stec Participações S.A. no montante de R$ 107.000.

Diretoria: Britaldo Hernandez Fernandez - Diretor Presidente
Contadora: Karina Silva - CRC 1SP 226373/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da **Tecsoil Automação e Sistemas S.A. -** Araçatuba - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Tecsoil Automação e Sistemas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tecsoil Automação e Sistemas S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 04 de julho de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F

Giovani Ricardo Pigatto
Contador - CRC 1SP263189/O-7

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 20/09/2022 20:18:56 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.gazetasp.com.br